



# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

## O RELATÓRIO MINISTERIAL SOBRE “A ORGANIZAÇÃO INTERNA E A GOVERNAÇÃO DOS HOSPITAIS” E A POSIÇÃO DA FNAM

A divulgação do referido relatório ministerial e a sua colocação à discussão pública por via electrónica, determinam que a FNAM divulgue a seguinte apreciação geral sobre esta importante matéria:

**1** - Em 10/12/2009, a FNAM divulgou uma tomada de posição com o título de “É urgente a reforma da rede hospitalar”.

Nesse documento, foram analisadas a evolução mais recente das políticas para o sector, a realidade hospitalar e as suas especificidades, bem como apresentadas propostas concretas para o desencadeamento de uma reforma neste sector.

Importa lembrar que já em 29/4/2008 a FNAM tinha realizado uma conferência de imprensa onde defendeu a urgente criação de uma estrutura enquadradora da reforma hospitalar.

**2** - Quando foi desencadeado o processo de empresarialização dos hospitais públicos, a FNAM alertou para os seus objectivos e sublinhou as inevitáveis consequências desta medida, à semelhança, aliás, da experiência já existente noutros países.

Nessa altura, os “apóstolos” da empresarialização prometeram os maiores milagres com esse modelo de gestão e recorreram aos argumentos mais violentos e ofensivos contra todos aqueles que se manifestavam em clara discordância com esse processo e os seus objectivos práticos.

O relatório ministerial é assumidamente crítico dos hospitais EPE, mas não retira dessa apreciação genérica quaisquer consequências práticas, nomeadamente a inevitabilidade desse modelo ser eliminado, sob pena de não ser possível qualquer política de sustentabilidade do próprio SNS.

3 - Consideramos que a criação do grupo técnico foi uma medida correcta para proceder à elaboração do relatório, mas não compreendemos a exiguidade de tempo para o desenvolvimento do seu trabalho, a ausência de quaisquer contactos com as estruturas profissionais e, muito menos, a estrutura e conteúdo do documento emitido.

Não estando em causa, como é óbvio, qualquer apreciação à qualidade técnica e profissional dos elementos que constituíram o grupo técnico, a simples leitura do preâmbulo do despacho legal que procedeu à sua criação permite verificar que os objectivos aí estabelecidos não foram atingidos.

4 - Sem efectuar qualquer análise comparativa entre os chamados modelos SPA e EPE e os seus resultados concretos, a abordagem do relatório fica restrita a aspectos sectoriais. E mesmo nestes aspectos é surpreendente a ausência de referências ao modo de organização do serviço de urgência, que constitui, como todos sabemos, um problema crucial no funcionamento e organização hospitalar.

Simultaneamente, enumera alguns objectivos, no essencial inquestionáveis, mas nada refere quanto às formas de concretização.

5 - É colocada particular ênfase nas estruturas intermédias de gestão, embora sem uma clara definição das fórmulas organizativas e de envolvimento operacional dos vários estratos profissionais.

Apesar da autonomia e correspondente responsabilização funcional das estruturas intermédias de gestão constituir um aspecto fundamental da governação hospitalar, há que ter bem presente a manifesta incompatibilidade entre esta medida e o modelo EPE.

Este modelo de extrema centralização e autoritarismo não admite quaisquer medidas de autonomia ou de gestão participativa, conforme está demonstrado pelos vários anos de experiência já existente.

6 - Entendemos que a actual e preocupante desestruturação da organização e das hierarquias técnico-científicas hospitalares, que tem causado prejuízos irreparáveis em toda a actividade de prestação de cuidados aos doentes, não é objecto de uma adequada análise e propostas de superação.

7 - A mesma crítica deve ser colocada no que se refere às “Unidades Integradas Multidisciplinares”, onde o relatório “passa ao lado”, quando a importância desta matéria é decisiva para definir soluções organizativas que conduzam à efectiva redução dos desperdícios de funcionamento.

8 - Não é compreensível a abordagem da participação dos utentes na gestão hospitalar como factor decisivo a melhoria da prestação de cuidados.

Há longos anos que existem os “conselhos gerais” nos hospitais e estas estruturas não têm possibilitado qualquer intervenção de correcção dos graves problemas existentes.

9 - Os objectivos definidos para a formação e investigação clínica, bem como a necessidade de constituição de gabinetes de gestão do risco clínico, constituem aspectos positivos do relatório.

No entanto, faltou a abordagem da preocupante realidade dos regulamentos internos já aprovados e que possuem conteúdos, em múltiplos casos, absolutamente contraditórios.

10 - Suscitam dúvidas as propostas finais de criação de 3 experiências-piloto, quando o próprio modelo experimental não é cabalmente definido e não são referidas quaisquer análises a anteriores estudos comparativos entre modelos organizativos.

Por outro lado, são conhecidas múltiplas experiências de estruturas intermédias de gestão em diversos hospitais que não são abordadas e cuja análise e avaliação deveriam ser prioritárias em relação a qualquer chamada experiência-piloto.

Face às questões gerais abordadas, a FNAM considera que todos os dados objectivos da experiência mostram a completa falência do modelo empresarial EPE que não resolveu qualquer problema, agravando-os a todos, e introduziu uma lógica de desfocagem da saúde no cidadão, enveredando por uma gestão cega e sem qualquer avaliação de resultados.

Sem a substituição desse modelo empresarial não é possível implementar qualquer reforma digna desse nome e que conduza à clara resolução de problemas.

A aplicação dos modelos empresariais visou o desmantelamento do SNS e a criação de condições para a subsequente privatização dos serviços públicos de saúde, tendo sido acompanhada pela precarização laboral e salarial dos profissionais do sector.

Outra das consequências directas dos modelos empresariais foi a completa fragmentação da indispensável complementaridade funcional entre os diferentes níveis de responsabilidade hospitalar, o que inviabiliza a existência de qualquer rede hospitalar.

As medidas governamentais de ataque aos direitos laborais, o clima persecutório instaurado em muitos hospitais pelas respectivas administrações, os cortes orçamentais e a perversão da hierarquia técnica e científica têm determinado uma enorme frustração e a

consequente saída de muitos profissionais, concretamente médicos, para a reforma e para instituições privadas.

A FNAM expressa, mais uma vez, a urgente necessidade de ser implementada uma reforma hospitalar que proceda à refundação de uma gestão pública rigorosa, responsabilizante e objecto de avaliação dos resultados.

Esta reforma hospitalar terá de se processar em estreita articulação com a reforma já em desenvolvimento ao nível dos cuidados de saúde primários.

Assim, a FNAM irá solicitar, com carácter de urgência, uma reunião à Ministra da Saúde para analisar este processo, tendo em conta que nada permite compreender a sua preocupante morosidade.

Coimbra, 25 de Setembro de 2010

O Conselho Nacional da FNAM